Técnico-Científica do ICPG, Vol. 1, Nº 4, jan.--mar.,2004.

KISHIMOTO, T. M. Brinquedos e Materiais Pedagógicos nas Escolas Infantis. Educação e Pesquisa. V. 27, Nº 2, 2001.

. O Jogo e a Educação Infantil. In: KISHIMOTO, T.M. (Org.). Jogo, Brin- quedo, Brincadeira e a Educação. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

. O Brinquedo na Educação: Considerações Históricas. Série Ideias Nº 7. São Paulo: FDE, 1995.

PIAGET, Jean. A Construção do Real na Criança. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

PIAGET, J. & SZEMINSKA, A. A Gênese do Número na Criança. Tradução: Christiano Monteiro Oiticia. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

. A Formação Social da Mente. 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

. Psicologia Pedagógica. São Paulo: Martins Fontes, 2001. WAJSHOP, Gisela. Brincar na Pré-Escola. São Paulo: Cortez, 1995.

WALLON, Henri. A Evolução Psicológica da Criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

COMO A EDUCAÇÃO PODE MINIMIZAR A DESIGUALDADE RACIAL?

PRÁTICAS EDUCATIVAS FOCADAS NO EMPODERAMENTO NEGRO

ROBERTO SANTOS DA SILVA

RESUMO

A desigualdade étnica pode não ser necessariamente um ato ou uma palavra proferida por algum indivíduo, mas vir como diferenças gritantes de classes sociais, estrutura familiar, acesso a saúde e lazer, onde a população negra e parda é majoritariamente afetada. A maior ferramenta do ser pensante no seu desenvolvimento intelectual, da sua consciência, do seu direito fundamental para o desenvolvimento da cidadania e ampliação da democracia, para a evolução do coletivo é a educação. Visto isso, serão levantadas práticas educativas que possam amparar as crianças e adolescentes afetados pela estrutura desigual da sociedade com os negros e pardos, a fim de dar a maior ferramenta para lutarem por suas vozes: o conhecimento.

PALAVRAS CHAVE: Educação, Desigualdade étnica; Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

No Brasil é nítida a desigualdade étnica, desde seu descobrimento, sendo exemplos desta obviedade: a escravidão dos negros que perdurou de 1500 a 1888, assim sendo 388 anos de escravidão, em

um total de 520 anos de história do Brasil pós colonização. E mesmo com a liberdade conquistada com muita luta, ainda hoje é possível sentir o eco na estrutura da sociedade brasileira.

A desigualdade étnica hoje é enraizada na sua essência mais profunda e muito mais velada do que no começo do século passado. Assim, essa desigualdade pode não ser necessariamente um ato ou uma palavra proferida por algum indivíduo, mas vir como diferenças gritantes de classes sociais, estrutura familiar, acesso a saúde e lazer, onde a população negra e parda é majoritariamente afetada.

Segundo Guimarães (1999), a cor, na sociedade, significa mais que a pigmentação da pele. Algumas características físicas – a cor da pele, o tipo de cabelo, o formato do nariz e o formato dos lábios – adquirem importância na definição da cor de um indivíduo e são, portanto, índices de valor negativos referentes aos negros. Durante muito tempo, e ainda hoje, alimentou-se a ideia de que os mulatos e os negros mais claros e educados seriam sempre economicamente absorvidos, integrados cultural, social e politicamente pelo padrão branco.

Na área da educação, dados de 2018 levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o analfabetismo no Brasil representa somente 6,8% da população - 11,3 milhões de pessoas ainda sendo um número alto. Sendo que para as pessoas pretas ou pardas (9,1%), a taxa de analfabetismo foi mais que o dobro da observada entre as pessoas brancas (3,9%), ou seja, mesmo a quantidade de analfabetos ser decrescente, a população negra ainda é a mais afetada.

Segundo Gonçalves (1987), o “ritual pedagógico do silêncio” reproduz na escola a exclusão e a marginalização dos estudantes negros, mediante a invisibilidade no currículo escolar e em todo o processo de escolarização. A ideia é não falar em raças ou situações de racismo para não contrariar a fantasiosa harmonia étnico-racial que se propõe a ocultar as desigualdades naturalizando-as sempre desfavoravelmente aos negros. Dessa forma, aprendemos nos discursos oficiais que somos todos iguais, mas no dia a dia as relações não apresentam essa harmonia discursiva

E qual poderia ser a melhor ferramenta para desenraizar esse problema do que a educação? A maior ferramenta do ser pensante no seu desenvolvimento intelectual, da sua consciência, do seu direito fundamental para o desenvolvimento da cidadania e ampliação da democracia, para a evolução do coletivo é a educação.

Por isso, o acesso à educação se tornou a maior ferramenta de luta para o alcance de uma sociedade mais justa e igualitária. O acesso justo à educação é de extrema importância para a redução da pobreza e da criminalidade e para a maximização do crescimento econômico, bem-estar e acesso aos direitos fundamentais pelo coletivo.

E levando em consideração Franco (2016):

> [...] quando se fala de práticas educativas, faz-se referência a práticas que ocorrem para a concretização de processos educacionais, ao passo que as práticas pedagógicas se referem a práticas sociais que são exercidas com a finalidade de concretizar processos pedagógicos. Fala-se, então, de práticas da Educação e práticas da Pedagogia. [...] Pode-se afirmar que a

educação, numa perspectiva epistemológica, é o objeto de estudo da Pedagogia, enquanto, numa perspectiva ontológica, é um conjunto de práticas sociais que atuam e influenciam a vida dos sujeitos, de modo amplo, difuso e imprevisível. Por sua vez, a Pedagogia pode ser considerada uma prática social que procura organizar/compreender/transformar as práticas sociais educativas que dão sentido e direção às práticas educacionais. Pode-se dizer que a Pedagogia impõe um filtro de significado à multiplicidade de práticas que ocorrem na vida das pessoas. A diferença é de foco, abrangência e significado, ou seja, a Pedagogia realiza um filtro nas influências sociais que, em totalidade, atuam sobre uma geração. Essa filtragem, que é o mecanismo utilizado pela ação pedagógica, é, na realidade, um processo de regulação e, como tal, um processo educativo.

Assim, para que uma prática educativa seja bem-sucedida, de acordo com Vigotski (1998), chegamos à compreensão de que todo bom ensino que se desenvolve por meio de práticas educativas é aquele que gera aprendizagem e colabora com o desenvolvimento de funções psíquicas superiores, ou seja, colabora com o desenvolvimento do pensamento, linguagem, memória, atenção dirigida, formação de conceitos, consciência, entre muitas outras funções que nos tornam qualitativamente diferentes dos outros animais. Portanto, prática educativa bem-sucedida é aquela que contribui para que os alunos tornem-se mais humanos do ponto de vista sócio-histórico.

Visto isso, serão levantadas práticas educativas que possam amparar as crianças e adolescentes afetados pela estrutura desigual da sociedade com os negros e pardos, a fim de dar a maior ferramenta para lutarem por suas vozes: o conhecimento.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com o estudo de Santos e Neto (2011), abordar a temática das relações étnico-raciais na escola pode gerar constrangimentos em alguns sujeitos e grupos em razão de diferentes vivências e construções. Entretanto, é

possível perceber, que muitos desses constrangimentos estão, justamente, relacionados à escassez de diálogos e discussões que venham a desnaturalizar certos padrões e romper com a hierarquização das diferenças. Experiências positivas nesse sentido podem representar abertura e/ou permanência de canais importantes de diálogo.

Quais práticas educativas poderão servir de base para um assunto tão complexo de se abordar em sala de aula?

1. A valorização do estudante, ou seja, valorizar os conhecimentos que os alunos já trazem consigo para a escola, a vivência sócio-histórica do próprio, e enaltecer as conquistas alcançadas no dia a dia, sempre acreditando no seu potencial.

2. A autonomia do aluno. A ideia de autonomia do aluno aborda o desafio de mudar a base de interação entre educador e aluno, envolvendo os alunos de forma mais ativa no processo de aprendizagem e, assim, no processo de remodelar o aprender, o lecionar e a escola como um todo.

Essa prática pedagógica aplicada em sala de aula é sustentada pelo conceito da

flexibilidade, promovendo uma mudança nas relações entre professor e aluno. Ela conecta estudantes e educadores no esforço colaborativo de recriar os paradigmas da educação.

Isto coloca em foco a natureza essencialmente política dos sistemas de ensino, procurando envolver os alunos não só na co-criação do projeto anual ou semestral da escola, mas no desafio de mudar as práticas sociais em suas vidas além do ambiente estudantil.

3. A descolonização da educação consiste em uma prática educativo-pedagógica que pode ocorrer em sala de aula, onde a principal preocupação é com a desconstrução de quadros pedagógicos dominantes que promovem visões de mundo singulares, visando ampliar a compreensão intercultural e experiências dos alunos. Ela surgiu como uma necessidade pedagógica importante para o ensino, ligada à rápida globalização e questões de diversidade cultural e inclusão.

Tem como objetivo uma aprendizagem voltada para a incorporação da "diversidade", incluindo esforços para internacionalizar o currículo estudantil por meio da inclusão de exemplos globais e também estender a alfabetização intercultural, melhorando a capacidade de pensar e trabalhar com diferentes perspectivas culturais e sociais.

4. O estudante protagonista pode promover o uso de metodologias mais atrativas e ativas, em que os alunos sejam protagonistas; realizar atividades educativas que envolvam o aluno como construtor e condutor do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento; investir na aprendizagem por autoria, trabalhando os componentes curriculares a partir de projetos construídos pelos próprios alunos.

5. O empoderamento do aluno. Consiste em dar voz ao aluno, ouvir sua experiência e vivência no assunto, internalizar isto e repassar aos outros alunos que precisam da conscientização sobre o assunto. Abordar e valorizar assuntos relacionados à beleza negra, que é tão marginalizada e ofuscada por um padrão de beleza eurocêntrico e irreal pelo qual as crianças e adolescentes brasileiras são pressionadas.

Valorizar as raízes do povo negro que construiu o Brasil, contar a história e instigar que os próprios alunos descubram mais sobre suas origens, sobre a luta do povo negro, sobre a escravidão.

6. Práticas esportivas como forma de interação e autoconhecimento social. A Lei Federal n. 10.639/03 explicita, entre outras propostas para a escola, a necessidade de dar visibilidade a representantes da história e cultura africana e afro-brasileira e seus descendentes, no sentido de proporcionar aos estudantes o reconhecimento e a valorização de negros importantes na construção da sociedade brasileira, como possibilidade de conhecimento e respeito à história e às contribuições dos diferentes grupos étnico-raciais. Esportistas, como os referidos pelos colaboradores, não são os únicos negros de destaque social positivo, mas são os que mais têm visibilidade na mídia, e é bastante comum certo orgulho pela visibilidade desses sujeitos. Importante compreender a Educação Física escolar na perspectiva do estudante, visto que ele se constitui em um dos protagonistas nessa prática social e, muitas vezes, a escola e o professor não

têm condições – pelo acúmulo de atribuições – de escutar o que esses sujeitos têm a dizer sobre o sentido de determinadas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É na escola, geralmente, que a criança começa a perceber o outro, fora do ambiente familiar. É na escola que o negro se percebe negro; que seu cabelo e sua cor são diferentes de alguns de seus colegas e professores e que isso lhe atribui inferioridade nesse meio social. Até então, a cor da pele e a textura do cabelo não eram motivo de piadas, deboches e constrangimentos.

Nesse sentido, vale observar que, a política de cotas raciais nas universidades, ao prepararem universitários negros nas diferentes áreas do conhecimento – assumindo posições de prestígio social –, formarão, também, docentes negros. A formação de maior número de docentes negros, o aumento qualificado do debate sobre as relações étnico-raciais e a valorização da história e da cultura africana e afro-brasileira, também no ensino superior, podem significar às escolas e aos estudantes uma aproximação importante com outra perspectiva da nossa história, da nossa cultura, da construção das diferenças e das interações sociais que constituem os contextos escolares.

Como apontado por Francisco C. Weffort nas suas Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade em "Educação como Prática da Liberdade" de Paulo Freire:

Uma pedagogia da liberdade, como a que Paulo Freire nos propõe, tem suas exigências e a primeira delas é exatamente o reconhecimento dos privilégios da prática. E este é particularmente o caso quando a própria elaboração teórica, em sua abertura à história, ilumina a urgência da alfabetização e da conscientização das massas neste País em que os analfabetos constituem a metade da população e são a maioria dos pauperizados por um sistema social marcado pela desigualdade e pela opressão.

O intuito das práticas educativas abordadas é agregar no debate sobre a construção de práticas que permitam a ressignificação da identidade racial da criança negra de maneira positivada, partindo do pressuposto que a identidade negra na primeira infância é construída num país ainda racista.

Por isso, as principais práticas educativas levantadas são relacionadas a dar voz ao aluno e encaminhar para uma autonomia na aquisição do conhecimento, para que possam pesquisar e entender melhor suas raízes, se auto valorizarem e valorizem seus iguais, terem consciência da atual estrutura da sociedade e como podem lutar por um Brasil mais justo.

REFERÊNCIAS

BARATA, R., B. As desigualdades étnicas necessariamente significam racismo?. In: Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. Temas em Saúde collection, pp. 55-71. ISBN 978-85-7541-391-3. Disponível em:

<http://books.scielo.org/id/48z26/pdf/barata-9788575413913-05.pdf>.